ATA DA SESSÂO ORDINÁRIA DA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2026

Aos **(13/10/2026)** treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, á hora regimental, no Plenário da Câmara municipal, nesta cidade de Guaraqueçaba, Estado do Paraná, realizou-se a Sessão Ordinária sob a Presidência do Vereador **Julhardy Costa De Arruda**, compareceram os Vereadores **Alcendino Ferreira Barbosa, Edgard Mandira de Morais, Edvaldo Narciso Izabel, Joceni Roecker, Samuel do Carmo e Ivan França,** ata aprovada por unanimidade e havendo Quórum regimental para deliberação foi realizada a leitura do seguinte Expediente do Dia: Projeto de Lei Ordinária nº 047/2026, de 30 de setembro de 2026, de autoria do Poder Executivo, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Guaraqueçaba para o Exercício Financeiro de 2027 (Lei Orçamentária Anual - LOA); Projeto de Lei Ordinária nº 048/2026, de 6 de outubro de 2026, de autoria do Poder Executivo, que autoriza a abertura de crédito suplementar no orçamento do exercício de 2026 na importância de R$ 2.251.847,62 (dois milhões, duzentos e cinquenta e um mil, oitocentos e quarenta e sete reais e sessenta e dois centavos). Concluída a leitura do Expediente, o Senhor Presidente declarou aberta a fase da PALAVRA LIVRE. Assumindo a tribuna, o Vereador Joceni Roecker prestou homenagem antecipada ao Dia do Professor (comemorado em 15 de outubro), lendo mensagem de reconhecimento à dedicação dos educadores da rede municipal que enfrentam intempéries, travessias marítimas e investem recursos próprios em aperfeiçoamento pedagógico. Destacou a conquista do piso salarial nacional (Lei nº 11.738/2008), porém denunciou o achatamento das carreiras dos professores efetivos de Guaraqueçaba por descumprimento do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (Lei nº 028/2021). Alertou que a desvalorização dos profissionais mais antigos gera rotatividade e evasão de talentos. Colocou o Poder Legislativo à disposição do Prefeito Municipal para elaborar minuta técnica com impacto orçamentário visando à readequação salarial da categoria. Em seguida, abordou o Projeto de Lei Complementar nº 030/2026, repudiando alegações de que a Câmara teria votado contra a implantação do programa "Mercado da Família", demonstrando que o texto original previa apenas a criação de cargos em comissão. Requereu novamente a convocação da Secretária Municipal de Assistência Social para prestar esclarecimentos em plenário, sob pena de notificação ao Ministério Público por descumprimento do Regimento Interno e da Lei Orgânica. Denunciou, ainda, intervenções não autorizadas da referida gestora nas Secretarias de Saúde e de Educação, buscando embaraçar o programa federal da Conab de entrega de gêneros alimentícios da agricultura familiar às escolas. Analisando o Projeto de Lei nº 048/2026, apontou que o remanejamento orçamentário de R$ 2,2 milhões anula dotações de obras e melhorias comunitárias resultantes das audiências do PPA e de emendas parlamentares (como a ponte de Batuva, obras no Rio Verde e reformas de prédios públicos) para cobrir despesas de folha de pagamento por falta de planejamento. O Presidente, Vereador Julhardy Costa de Arruda, interveio informando que reiterará formalmente a convocação da Secretária de Assistência Social e representará ao Ministério Público em caso de novo não comparecimento. Dando prosseguimento, o Vereador Edgard parabenizou os professores pelo seu dia, ressaltando a importância da educação básica. Manifestou preocupação com o remanejamento de verbas trazido pelo Projeto de Lei nº 048/2026, que anula recursos de obras públicas e pavimentações, incluindo a obra do Costão para suplementar a folha de pagamento de pessoal até o encerramento do exercício. Criticou a falta de eficiência da Secretaria de Planejamento e ressaltou o alerta feito pelo Vereador Joceni no ano anterior quanto ao déficit orçamentário decorrente do excesso de contratações. Declarou que votará favoravelmente à suplementação para garantir o pagamento do 13º salário e dos vencimentos dos servidores, mas cobrou rigor na gestão do orçamento de 2027. Assumindo a palavra, o Vereador Alcendino associou-se às homenagens aos professores e parabenizou os pronunciamentos anteriores. Em seguida, fez um alerta à Secretária Municipal de Saúde quanto a dois episódios de invasão e furto na Unidade Básica de Saúde de Tagaçaba, cobrando o registro de boletim de ocorrência e apuração de eventuais desvios de medicamentos e equipamentos. Denunciou o atraso de

três meses no pagamento das empresas prestadoras de serviços médicos, farmacêuticos, administrativos e de credenciados da saúde, além da falta de repasses à associação, informando que prestou declarações aos veículos de imprensa de Curitiba e do Litoral cobrando transparência do Executivo. Citou matéria jornalística do portal JB Litoral apontando que o município de Guaraqueçaba corre risco de perder convênio estadual de mais de R$ 1,5 milhão para a reforma de 12 trapiches e construção de outros 3 por ineficiência administrativa. Revelou a existência do Contrato nº 048/2021 firmado pela Portos do Paraná com a empresa Ecotec Soluções Ambientais, no valor total acumulado de mais de R$ 9 milhões (com aditivos até 2026), para monitoramento de 50 hectares de áreas degradadas no município, informando que oficiará ao ICMBio para vistoriar e fiscalizar tais áreas in loco. Rebateu declarações em vídeo do Prefeito Sandro sobre ausência de certidões negativas ao assumir o mandato, exibindo documentos do Cadastro Único de Convênios (CAUC), Certidões do FGTS, Receita Federal e Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) comprovando a plena regularidade fiscal do município nas datas citadas. Denunciou o abandono do transporte escolar no Rio Verde por 9 dias, cuja paralisação do ônibus se deu exclusivamente por falta de combustível no tanque, sanada em minutos após sua fiscalização. Por fim, detalhou os cortes promovidos pelo Projeto de Lei nº 048/2026 em mais de R$ 2,2 milhões, anulando verbas de construção de escolas, postos de saúde, reformas de pontes e trapiches (Almeida, Ponta do Lanço, Cerquinho, Utinga e Quitumbê), manutenção de estradas rurais, saneamento e do programa Porteira Adentro (R$ 81 mil) para cobrir o rombo da folha de pagamento nas Secretarias de Administração (R$ 85 mil), Educação (R$ 950 mil) e Saúde (R$ 1,4 milhão). Registrou ainda o fechamento do atendimento clínico a autistas por falta de repasse e a perda de toneladas de alimentos estragados no CRAS. O Presidente concedeu prorrogação do tempo regimental ao parlamentar. O Senhor Presidente, Vereador Julhardy, lamentou a necessidade de anulação de obras prioritárias e indicadas pelos vereadores para cobrir despesas de Pessoal, ressaltando que o Legislativo aprovará a matéria por responsabilidade com os servidores efetivos. Na sequência, o Vereador Samuel manifestou-se enfatizando que a chegada da "vaca magra" e o colapso financeiro pós-eleitoral confirmam os alertas dados na Casa. Sustentou que não basta aprovar o Projeto de Lei nº 048/2026 sem apurar as responsabilidades pela má gestão dos recursos públicos. Cobrou o envio dos extratos bancários das contas municipais pelo Procurador do Município e defendeu a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar os culpados pelo déficit orçamentário. O Vereador Alcendino interveio propondo formalmente a abertura de CPI para investigar as irregularidades na gestão financeira. O Vereador Edgard e o Vereador Joceni declararam apoio à abertura da investigação parlamentar, ressaltando que a Câmara não pode ser responsabilizada pela perda de investimentos comunitários. Não havendo mais oradores para a Palavra Livre, o Senhor Presidente passou à fase da ORDEM DO DIA: Votação do Requerimento de Abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), de autoria do Vereador Alcendino e subscrito pelos demais parlamentares, para apurar responsabilidades sobre o déficit orçamentário e remanejamento de verbas da folha de pagamento (Projeto nº 048/2026). Colocado em votação nominal, o requerimento foi APROVADO POR UNANIMIDADE. Pedido de Dispensa de Pareceres e Votação dos Projetos de Lei do Legislativo nº 008/2026 e nº 009/2026: O Vereador Alcendino Ferreira Barboza solicitou a dispensa de pareceres regimetais para os Projetos de Lei do Legislativo nº 008/2026 e nº 009/2026 (de autoria dos Vereadores Edvaldo, Jefferson, Elton e Samuel). Submetido o pedido de dispensa a plenário, foi APROVADO POR UNANIMIDADE. Colocados em votação nominal quanto ao mérito, o Projeto de Lei do Legislativo nº 008/2026 e o Projeto de Lei do Legislativo nº 009/2026 foram APROVADOS POR UNANIMIDADE. O Senhor Presidente determinou o encaminhamento do Projeto de Lei nº 047/2026 (LOA 2027) e do Projeto de Lei nº 048/2026 (Suplementação de R$ 2,2 milhões) às comissões permanentes competentes para análise detalhada. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente parabenizou antecipadamente todos os professores pelo seu dia e declarou encerrada

a sessão. Para constar, eu, Vereador Alcendino Ferreira Barboza, lavrei a presente ata, que estando em conformidade com os demais, será assinada.

Edgard Mandria de Morais
Vice-Presidente

Julhardy Costa De Arruda
Presidente

Jefferson Luís Barboza Rosa
Primeiro Secretário

Alcendino Ferreira Barbosa
Segundo Secretário

Edvaldo Narciso Izabel

Elton Ambrósio Mendes

Ivan França

Samuel do Carmo

Joceni Roecker